

XXVII REUNIÃO DO CONSELHO DE DIRECTORES-GERAIS DAS ALFÂNDEGAS DA CPLP



RELATÓRIO



S. TOMÉ, S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 15 A 18 DE OUTUBRO/2012



XXVII REUNIÃO DO CONSELHO DE DIRECTORES-GERAIS DAS ALFÂNDEGAS DA CPLP

A XXVII Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) decorreu de 15 a 18 de Outubro de 2012, na Cidade de S. Tomé (S. Tomé e Príncipe), com a presença de Representantes de Angola (AO), Brasil (BR), Cabo Verde (CV), Guiné-Bissau (GB), Moçambique (MZ), Portugal (PT), São Tomé e Príncipe (STP) e Timor-Leste (TL), incluindo o Representante do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças bem como do Representante da Organização Mundial das Alfândegas (OMA) e os Representantes da CNUCED.

1. Sessão Solene de Abertura

A XXVII Reunião do Conselho teve início com a apresentação da Peça Teatral “*Dança Roda dos Sete*”, acto cultural que foi de agrado de todos os presentes.

A Sessão Solene de Abertura contou com a presença de S.Exa. o Ministro do Plano e Desenvolvimento, Agostinho Fernandes, que a presidiu, da Directora-Geral das Alfândegas de S. Tomé e Príncipe, Ilza Vaz, dos Representantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), do Secretário-Geral da Conferência, Francisco Curinha, bem como de diversas entidades convidadas.

Durante a sua intervenção, a responsável pelas Alfândegas de S. Tomé e Príncipe, convidou Ana Paula Raposo, da Delegação Portuguesa, a integrar a Sessão de Abertura em representação de todas as Delegações e, de seguida deu as boas-vindas aos presentes e mostrou-se honrada por dar início à XXVII Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP, agradecendo a presença de S. Exa. o Ministro Agostinho Fernandes, titular da pasta do Plano e Desenvolvimento, do Corpo Diplomático e das Delegações Aduaneiras da CPLP, de Instituições Públicas e Privadas e de todos os presentes.

Frisou que a Reunião do Conselho enquanto órgão que determina o nível de cooperação entre as Alfândegas da CPLP é, também, um espaço de intercâmbio profissional e cultural, convictos que os eventuais desafios e as consequências da crise financeira poderão ser ultrapassados.



Terminou desejando uma excelente estadia e apesar da agenda muito preenchida, deseja que possam desfrutar da beleza natural da ilha (**ANEXO I**).

De seguida teve lugar a intervenção do Secretário-Geral da Conferência que salientou a importância acrescida desta Reunião uma vez que o Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP, irá aprovar o novo Programa de Integração e de Assistência Técnica – PICAT IV para o triénio 2013-2015, em que as Administrações Aduaneiras devem fazer um esforço conjunto para a concretização das acções nele previstas, tendo em conta as actuais restrições orçamentais. Congratulou-se com o sucesso que tem sido o Projecto PROLIP, o qual permite que em Língua Portuguesa as Alfândegas se possam exprimir no seio de Organizações Internacionais, o que já está em aplicação na OMA.

Terminou a sua intervenção com as palavras do Secretário Geral da OMA, Kunio Mikuriya, proferidas no Dia Internacional das Alfândegas 2012, que considera que o principal desafio das Alfândegas é contribuir para aumentar a conectividade interpessoal e institucional (**ANEXO II**).

Em nome de todas as Delegações, a Representante de Portugal, Ana Paula Raposo agradeceu à Directora-geral das Alfândegas de S. Tomé e Príncipe, a forma amável como foram recebidos, bem como as excepcionais condições de acolhimento.

Realçou que a cooperação aduaneira já remonta há algumas décadas, tendo contribuído para o reforço dos laços institucionais, o estreitamento das relações e para a concretização de projectos de interesse comum no reforço da capacitação e modernização das Alfândegas da CPLP com vista à competitividade económica deste grupo de países (**ANEXO III**).

No seu discurso de abertura, o Ministro do Plano e Desenvolvimento, Agostinho Fernandes, saudou e deu as boas-vindas aos presentes e em nome do Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe manifestou a sua satisfação por tão importante evento que reúne os mais altos responsáveis das Alfândegas lusófonas.

Reconheceu os benefícios directos da cooperação aduaneira a nível da CPLP no âmbito da formação, da reforma e harmonização da legislação e dos procedimentos, visando a modernização das Administrações Aduaneiras, aproximando-nos das normas e práticas em vigor na OMA o que mereceu o agrado e os aplausos dos presentes (**ANEXO IV**).

Declarou aberta a XXVII Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP, presidida pela Directora-Geral das Alfândegas de S. Tomé e Príncipe, Ilza Vaz.

Seguidamente houve lugar à apresentação de MIX de Músicas e Danças Tradicionais de S. Tomé e Príncipe - “USSUA, PUITA, DÉXA”, que foi igualmente de agrado de todos os presentes.

2. Aprovação da Agenda

Após a introdução de todos os temas propostos pelas Delegações, a Agenda foi aprovada (**ANEXO V**) e procedeu-se à assinatura da Lista de Participantes (**ANEXO VI**).

3. Relatório do Secretário-Geral - (ANEXO VII)

O Secretário-Geral da Conferência, no cumprimento do disposto na alínea e) do artº 12 do Protocolo da Conferência apresentou o balanço anual das actividades desenvolvidas pelo *Secretariado Permanente* (SP) no período compreendido entre a XXVI e a XXVII Reuniões do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP.

Apresentou também o balanço das acções realizadas no PICAT III no triénio de 2010-2012, e ainda o facto de no âmbito dos Programas PICAT I, II e III se terem executado um total de 69 acções, embora no PICAT III estarem previstas 28 acções foram realizadas 21, devido às restrições orçamentais existentes.

Por este facto, na anterior Reunião do Conselho que teve lugar em Outubro, na Guiné-Bissau, houve a preocupação de diminuir o número de acções e do respectivo tempo de duração, bem como da eventual mudança de local da sua realização, com o objectivo de reduzir os respectivos custos.

Apesar dos constrangimentos orçamentais conta-se realizar as acções consideradas basilares e prosseguir os projectos em curso, embora com os devidos reajustes.

De seguida, referiu-se aos Projectos das Alfândegas da CPLP, nomeadamente:

- Projecto PROLIP (Promoção da Língua Portuguesa em Organizações Internacionais) - referiu-se, especialmente à OMA e aos respectivos subprojectos, nomeadamente: a Tradução dos Documentos de Trabalho; a colocação e manutenção de um Representante das Alfândegas da CPLP; a Interpretação nas Reuniões; os Direitos de Autor e a Assistência Internacional.
- Site das Alfândegas da CPLP – referiu a inserção no PICAT III de um Grupo de Trabalho sobre o *Site*, que se reuniu pela primeira vez em Lisboa em 2010, com uma componente formativa e de criação do novo ambiente de trabalho, tendo tido lugar a realização no formato *e-learning* quando não forem possíveis as reuniões presenciais.
- Projecto de elaboração da Versão Harmonizada em Língua Portuguesa da Convenção de Quioto Revista – o Grupo de Trabalho (GT) já disponibilizou na OMA, em 2009, a versão em Língua Portuguesa do Corpo da Convenção, do Protocolo de Revisão e do Anexo Geral, estando agora em análise pelo GT as Directivas do



Anexo Geral e Anexos Específicos. Uma nova versão respeitando o Acordo Ortográfico foi entregue na última Reunião do Conselho da OMA em Junho de 2012.

- Projecto de elaboração da Versão Harmonizada em Língua Portuguesa da Nomenclatura do Sistema Harmonizado para 2012 – o Grupo de Trabalho do Sistema Harmonizado (GTSH) entregou na OMA o documento referido, na Reunião do Conselho da OMA.
- Projecto de Memorando Antifraude entre as Alfândegas da CPLP – está em curso para aprovação e assinatura de todos os países da CPLP, o qual visa a troca de informação sobre fraude entre as diversas Administrações Aduaneiras.

Estes temas serão aprofundados no decurso da presente reunião uma vez que constam como pontos da Agenda.

De seguida a Presidente deu a palavra às Delegações tendo as mesmas referido que o Relatório apresentado é bastante elucidativo da actividade desenvolvida no âmbito do PICAT III, tendo sido felicitado o Secretário Geral (SG) e o Secretariado Permanente (SP), que apesar de ser constituído por uma pequena equipa revela um elevado empenhamento, tendo contado com a colaboração de todas as Administrações Aduaneiras da CPLP, o qual contribui para o sucesso deste programa.

Conclusão:

Foi aprovado por unanimidade o Relatório do Secretário-Geral apresentado.

4. Programa PICAT IV – Triénio 2013-2015

a) Apresentação e Discussão do Projecto do Programa PICAT IV

A Presidente deu a palavra ao Secretário-Geral que apresentou o projecto elaborado na 7ª Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível (Cabo Verde, em Abril do corrente ano) para ser discutido na presente reunião.

O Secretário Geral lembrou que todas as Administrações Aduaneiras manifestaram a necessidade de serem mantidas as 5 reuniões anuais consideradas basilares do Programa PICAT e que por ordem de importância são::

- Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP;
- Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível;
- Reunião do Grupo de Trabalho do Sistema Harmonizado;
- Reunião do Grupo de Trabalho da Convenção de Quioto Revista;
- Reunião do Site das Alfândegas da CPLP.

Para além destas reuniões constam do projecto os Seminários que constavam do PICAT III e que ficaram por realizar devido às restrições orçamentais, mas que importa fazer um esforço de todas as Administrações Aduaneiras para que se realize um seminário por ano.

Após discussão e análise foi apresentado para aprovação o Programa PICAT IV.

b) Aprovação do Programa PICAT IV

Todas as Delegações se pronunciaram relativamente às acções previstas no programa, bem como o Representante do GPEARI relativamente ao financiamento das acções tendo-se elaborado para o efeito um plano de financiamento com as posições de todas as Administrações Aduaneiras sobre esta matéria.

Decisão:

Foi aprovado por unanimidade o **Programa PICAT IV para o triénio 2013-2015 - (ANEXO VIII)**.

5. Financiamento do Programa PICAT IV

a) GPEARI e Administrações Aduaneiras da CPLP

O Secretário-Geral informou que as Administrações Aduaneiras foram apresentando as suas propostas de financiamento tendo em conta as suas possibilidades e remeteu a análise desta questão para o mapa elaborado pelo SP e que consta como documento de trabalho, o qual foi o ponto de partida para a discussão deste ponto da agenda.

Foi realçado por todas as Delegações que todos os países devem fazer um esforço para tornar viável a cooperação e a assistência técnica no âmbito do Programa PICAT, para poder levar a cabo um maior número de acções possível.

AO - A Representante de Angola, Inalda Manjenje, informou que Angola não pode financiar acções que não tenham lugar neste país.

BR - O Representante do Brasil, Luis Reche, informou que foi assinado em 7 de Agosto deste ano um Memorando de Entendimento com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores daquele país, com vista a fomentar a cooperação técnica, nas áreas aduaneiras e de tributos internos, com países em desenvolvimento. A assinatura do memorando poderá impulsionar ainda mais a transmissão de conhecimentos, experiências e boas práticas da Receita Federal do Brasil nessas áreas aos países da CPLP e poderá permitir a busca de recursos e de financiamentos para deslocação de palestrantes, de funcionários das Administrações e de demais despesas e custos associados à capacitação.

Sugeriu que sejam avaliadas pelas demais Administrações da CPLP acções de capacitação, projectos ou actividades isoladas que possam ser objecto de cooperação técnica e de financiamento com recursos da ABC.



Informou, ainda, que algumas actividades de capacitação, a exemplo daquelas cujos temas foram sugeridos pela OMA e por algumas Administrações e que deixaram de ser contempladas no âmbito do PICAT IV, podem ser objecto de iniciativas a serem realizadas por intermédio do Centro Regional de Capacitação da OMA, no Brasil, lembrando que a Receita federal do Brasil tem disponibilizado vagas nos eventos do Centro aos países da CPLP e que há a possibilidade de alojamento, nesse caso, na estrutura disponibilizada pela Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda, como já informado ao Secretariado Permanente.

GB - O Representante da Guiné-Bissau, António Seidi, referiu que hoje em dia, dada a situação política e económica do seu país, não é possível garantir a participação em nenhuma das acções, embora estejam interessados em manter-se neste programa aduaneiro da CPLP, pois tem contribuído para o conhecimento e reforço da capacitação dos seus técnicos.

TL – O Representante de Timor-Leste, Francisco Gonçalves, informou que a sua Administração Aduaneira já comunicou oficialmente ao SG e ao SP que acolhe em 2013 a XXVIII Reunião do Conselho, que terá lugar em Díli, solicitando na presente reunião o apoio de um elemento do Secretariado Permanente para prestar o necessário apoio.

A Presidente seguidamente deu a palavra ao Representante do GPEARI

GPEARI – O Representante do GPEARI, Carlos Figueiredo, referiu-se aos diversos desenvolvimentos ocorridos financeira e politicamente, os quais têm contribuído para a redução do financiamento no âmbito do PICAT bilateral e do multilateral e na posição de Portugal sobre a situação política actual da Guiné-Bissau (GB).

Durante a 7ª reunião do GTAN tinha já informado que PT/GPEARI deixaria de financiar CV, MZ e TL e que passaria a financiar STP e/ou GB, de acordo com o quadro que se junta, embora esta proposta seja apresentada sob reserva, até o GPEARI conhecer o orçamento para as acções de cooperação, em cada ano de vigência do PICAT IV – Mapa do Financiamento

Também referiu que o financiamento à GB nas Reuniões do Conselho de DG e do GTAN só ocorreria caso fosse alterada a actual posição de Portugal sobre a situação política na GB.

A Presidente – colocou à aprovação dos presentes o plano de financiamento.

Decisão:

Foi aprovado por unanimidade **o Plano de Financiamento para o Programa PICAT IV para o triénio 2013-2015 - (ANEXO IX).**

b) OMA – Projecto de Financiamento CPLP-OMA (Grupo de Trabalho Virtual sobre Assistência Internacional)

O Secretário-Geral apresentou o tema referindo que esta questão foi abordada, pela primeira vez, em Outubro de 2010, durante a XXV Reunião do Conselho, em Moçambique e foi decidida a criação de um Grupo de Trabalho Virtual com Representantes de todas as Administrações Aduaneiras da CPLP, contando com o apoio do Representante das Alfândegas da CPLP na OMA para apresentar um ofício ao Secretário Geral da OMA no sentido desta organização angariar doadores para o financiamento de acções do interesse de toda a Comunidade Lusófona.

Assim, apresenta-se para discussão 2º projecto de ofício, o qual já tinha sido remetido a todo os países para analisarem.

A Presidente - colocou à consideração do Conselho o referido documento.

Decisão:

Foi aprovado por unanimidade o Ofício que será remetido à OMA pelo Secretário Geral da Conferência.

O Secretário-Geral solicitou aos presentes que se pronunciassem sobre a composição do Grupo de Trabalho Virtual, para saber se os actuais membros se mantêm ou se há alterações e solicitou, ainda, a indicação dos países que ainda não têm representantes.

Assim, MZ apresentou uma substituição, o BR indicou um segundo representante, GB mantém o actual representante e as restantes Administrações Aduaneiras irão comunicar ao SP, no prazo de 2 semanas, a confirmação dos seus representantes.

6. Projecto PROLIP¹

a) Representante das Alfândegas da CPLP na OMA – Oluimo Silva

O Secretário-Geral começou por enaltecer o trabalho desenvolvido pelo colega Oluimo Silva durante o seu primeiro mandato como Representante da CPLP na OMA, desde Setembro de 2011 até Julho de 2012, tendo retomado as suas funções em 17 de Setembro do corrente ano, por um período de mais 10 meses.

Congratulou-se com a sua presença nesta reunião e agradeceu o apoio de todas as Delegações no processo de renovação da sua candidatura.

É sabido que a sua actividade é da maior importância nomeadamente na tradução dos seguintes relatórios:

- Relatório do Comité de Gestão da OMA;
- Relatório da Comissão Política (Resumo das Conclusões);
- Relatório do Comité Técnico Permanente;
- Relatório do Comité do Sistema Harmonizado.

A Presidente colocou à discussão do Conselho a possibilidade de ser solicitado ao Oluimo Silva que apresentasse ainda a tradução dos Relatórios do Comité de Gestão da Convenção de Quioto Revista e também os Relatórios do Comité de Capacitação.

Todas as Delegações se pronunciaram no sentido de considerarem muito importante e valioso esse trabalho, apesar de ter consciência do acréscimo de trabalho agora proposto

A Presidente deu a palavra ao Representante das Alfândegas da CPLP na OMA, Oluimo Silva, que disse compreender a necessidade dessas traduções mas que se encontra muito ocupado, já que presta trabalhos ao Coordenador do Fundo das Alfândegas do Japão e à Subdirecção de Facilitação, além dos trabalhos desenvolvidos

¹ Projecto Promoção da Língua Portuguesa em Organizações Internacionais

como Representante das Alfândegas da CPLP e, pontualmente, e junto de algumas Administrações Aduaneiras da CPLP quando solicitado.

Assim sendo apresentou uma contra-proposta de tradução do seguinte:

- Relatório do Comité Técnico Permanente (Resumo das Conclusões) em vez do relatório total.
- Relatório do Comité de Capacitação (Resumo)
- Relatório do Comité de Gestão da Convenção de Quioto Revista
- Relatório do Comité de Gestão da OMA;
- Relatório da Comissão Política
- Relatório do Comité do Sistema Harmonizado.

Conclusão:

Todas as Delegações concordaram com esta contra-proposta.

b) Tradução de Documentos de Trabalho da OMA.

O Secretário-Geral remeteu a análise deste ponto da agenda para o documento de trabalho apresentado pelo SP, pois trata-se de um ponto de inventário dos trabalhos mais significativos de entre todas as tarefas desenvolvidas pelo Representante das Alfândegas da CPLP na OMA, os quais são comunicados e elencados ao SG para tomar conhecimento de todo o trabalho desenvolvido junto da OMA.

c) Renovação do Mandato

O Secretário-Geral remeteu igualmente a análise deste ponto da agenda para o documento de trabalho apresentado pelo SP, pois trata-se de um ponto informativo em que se apresenta o histórico da colocação e da apresentação da nova candidatura, para a renovação do seu mandato.

A Presidente deu a palavra ao Representante das Alfândegas da CPLP na OMA, Oluimo Silva que agradeceu a todas as Administrações Aduaneiras da CPLP o apoio demonstrado na renovação do segundo mandato, bem como às diligências do SG e do SP neste sentido, as quais permitiram a sua recondução na OMA.

O Representante das Alfândegas da CPLP na OMA aproveitou esta oportunidade para informar que este é o seu último ano na OMA, e que o Japão entre Janeiro e Fevereiro costuma iniciar o processo de novas candidaturas, pelo que aconselha o SP e as Administrações Aduaneiras a agilizar, o mais depressa possível os necessários contactos para apresentação atempada de uma nova candidatura.

Conclusão:

Todas as Delegações concordaram com esta proposta ficando o SP encarregue de iniciar os contactos junto de todas as Administrações Aduaneiras solicitando a apresentação dos potenciais candidatos.

d) Grupo de Trabalho Virtual sobre a Cobrança de Direitos de Autor

Esta apresentação esteve a cargo do Secretário Geral que fez um breve resumo sobre a problemática das “Publicações da OMA – suas Traduções e Cobrança de Direitos de Autor” tendo informado que na 119ª/120ª Sessões do Conselho da OMA, que teve lugar em Junho do corrente ano, foi acordado por consenso que deve manter-se até 2017 a política de “Gratuidade unicamente para os Membros” em matéria de Publicações já que o custo financeiro de uma política de “Gratuidade para o Público” acarreta um acréscimo considerável.

A Presidente salientou que este tema é recorrente e de grande importância para as Alfândegas da CPLP, dando a palavra ao Representante do Brasil.

BR - O Representante do Brasil, Luis Reche, informou que o Brasil já se posicionou, em reuniões da Comissão de Política da OMA e do Conselho, de maneira contrária à cobrança de direitos de autor sobre os trabalhos elaborados pela Organização por intermédio de seus membros, sob o princípio de que eles devem ser amplamente difundidos na maior diversidade de idiomas possível. Citou como exemplo as traduções das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), que auxiliam os operadores legítimos do comércio exterior a correctamente classificar as mercadorias nos códigos do SH e, dessa forma, auxiliam o trabalho das Alfândegas, pela redução do número de indicações indevidas dos códigos, por erro ou desconhecimento das Notas Explicativas.

PT – referiu que no período de Julho de 2011 a Junho de 2013 é membro da Comissão Política da OMA e informou que nas discussões no seio deste órgão da OMA, o Presidente do Comité Financeiro, fórum onde esta matéria é tratada e prestou informação no sentido exposto pelo Secretário Geral.

Conclusão:

Todas as Delegações consideraram que o Grupo de Trabalho Virtual deve manter-se e ir acompanhando a evolução desta temática no seio da OMA.

7. “Programa Nacional de Cães Farejadores” (Angola) - (ANEXO X).

A Presidente deu a palavra à Delegação de Angola para a apresentação do tema.

A Representante de Angola, Inalda Manjenje, informou que o Serviço Nacional das Alfândegas implementou o “Programa Nacional de Cães Farejadores” atendendo à necessidade de modernizar os serviços aduaneiros indo de encontro às Recomendações da OMA e também para melhorar a actuação das Alfândegas através de uma fiscalização não intrusiva.

Pretende-se, com este programa, promover a prevenção e o combate às transgressões fiscais, aduaneiras e cambiais, contribuindo para o cumprimento das metas da instituição. Serve ainda para o combate à evasão, o contrabando e a ilegalidade, salvaguardando a segurança nacional e os interesses do Estado.

Referiu que não foi encontrada até agora qualquer convenção ou acordo específico que Angola tenha ratificado sobre esta matéria.

A Representante de Angola convidou todas as Delegações a informarem se têm conhecimento de algumas convenções de âmbito internacional, relativamente ao uso destes animais.

Debate:

A Presidente agradeceu a intervenção de Angola e considerou o tema com muito interesse e incentivou as outras Administrações Aduaneiras a equacionarem a possibilidade de virem a utilizar este programa.

BR – informou que também tem um projecto de implementação de Centros regionais de Cães de Faro em todo o país e que se pretende que todos os principais portos, aeroportos e pontos de fronteira terrestre tenham acesso a unidades de cães farejadores, realçando a grande eficácia dessas unidades e seu baixo custo de aquisição e manutenção.

8. “AEO – Operador Económico Autorizado” (Portugal) - (ANEXO XI).

Portugal introduziu a apresentação em anexo XI salientando que este conceito é estratégico no futuro, faz parte dos conceitos chave da estratégia futura das Alfândegas na União Europeia mas também da OMA, sendo atribuído aos Operadores Económicos considerados fiáveis, fomentando também a competitividade.

A apresentação pretendeu informar a Conferência sobre os critérios de atribuição do estatuto e respectivos certificados AEO na União Europeia, as potencialidades e vantagens da utilização dos certificados e o ponto de situação sobre os acordos de reconhecimento mútuo (RM) entre a União Europeia e alguns países terceiros.

Portugal evidenciou a importância das administrações da CPLP em prepararem o futuro e também por esta via intensificarem as trocas entre si.

Foi também esclarecido que os acordos de RM se referem à vertente segurança, não abrangendo a parte relativa aos procedimentos aduaneiros.

Portugal disponibilizou-se para os esclarecimentos considerados necessários, tendo já indicado um ponto de contacto, via *mail*.

Este ponto suscitou questões diversas das delegações sobre como são as práticas na União Europeia. Igualmente foi referido que as realidades nacionais da CPLP são diversas e que não estarão todos os países preparados para avançar no imediato, tendo Brasil e Moçambique informado que estão a preparar a futura implementação deste dossier.

Decisão:

Foi decidido criar um fórum virtual para colocar as questões consideradas pertinentes, devendo Portugal providenciar os esclarecimentos solicitados sobre a sua experiência, considerando o estado já de implementação real no quadro de União Europeia e portanto já em funcionamento em Portugal.

9. Grupo de Trabalho do Sistema Harmonizado (GTSH)

O Secretário-geral apresentou o ponto de situação dos trabalhos do Grupo de Trabalho, tendo salientado que foi entregue na OMA o trabalho relativo ao SH 2012, o futuro trabalho deverá incidir na nova Nomenclatura do SH 2017, contudo continua o trabalho actual a incidir na elaboração das NESH. Lembrou as conclusões da reunião do Conselho dos Directores Gerais na Guiné em que foi decidido reformular a metodologia do trabalho desenvolvido. Entretanto, recordou que na reunião informal da CPLP paralela à última Sessão do Conselho de OMA, em Junho deste ano, as Delegações reforçaram a necessidade de racionalização do trabalho do grupo face ao período de grandes restrições orçamentais enfrentado por todas as administrações, devendo haver também uma reunião virtual.

Neste quadro a Delegação Portuguesa, procurando dar sequência a esta última orientação, apresentou agora uma proposta de deliberação dos Termos de Referência relativos à metodologia de trabalho do GTSH (**Anexo XII**) e ao número de dias da reunião presencial (sete) que apresentou à Reunião do Conselho.

As várias Delegações salientaram que concordam com a proposta de Portugal, mas que além das Reuniões do Conselho dos Directores Gerais e do GTAN, o trabalho deste grupo (tendo em consideração a matéria relativa à Nomenclatura Pautal), constitui um dos pilares da actividade aduaneira nas várias vertentes particularmente cobrança, combate à fraude e análise de risco, bem como o Grupo de Trabalho relativo à Convenção de Quioto Revista, são cruciais para as Alfândegas da CPLP, não podendo ser colocado em causa. Neste sentido foi consensual a realização da reunião virtual de 2 semanas, tendo sido proposto 10 dias para a reunião física e não 7 dias por ano, constante do documento de proposta de PT.

Neste ponto o representante do GPEARl reafirmou que na anterior reunião de Directores Gerais na Guiné foi aceite que a reunião física deste grupo seria de 5 dias, pelo, que não estaria em condições de assumir custos adicionais.

O Secretário Geral confirmou que efectivamente em 2011 e 2012, o GTSH apenas realizou uma reunião de 5 dias.

Neste contexto este Conselho, tendo em conta a proposta que veio da 7ª reunião do GTAN, procedeu a alterações. Assim a reunião presencial do GTCQ passa para 5 dias (proposta de 7 dias no GTAN) e a reunião presencial do GTSH passa para 10 dias (proposta de 5 dias no GTAN), face à reconhecida complexidade técnica que envolve a reunião do GTSH. O Representante da CPLP na OMA, Oluimo Silva, salientou que o Comité SH na OMA tem 2 reuniões anuais de 2 semanas de trabalho cada, emanando destas reuniões muita informação a considerar.

Em termos de balanço e tendo em atenção o último ano de execução do PICAT III, foi aprovado no PICAT IV que o GTCQ passe de uma reunião anual presencial de 10 dias úteis para 5 dias úteis, enquanto o GTSH passe de uma reunião presencial de 5 dias úteis para uma reunião presencial de 10 dias, a que acresce uma reunião virtual de 10 dias úteis, sendo o mapa PICAT actualizado em conformidade.

Decisão:

Todas as Administrações Aduaneiras concordaram com a proposta apresentada a qual foi aprovada por unanimidade (**ANEXO XIII**).

10. Controle de Entrada e Saída de Dinheiro Líquido nos Países da CPLP

A Presidente deu a palavra ao Secretário-Geral que lembrou a necessidade de se continuar a abordar este tema, dado que foi solicitado a todas as Administrações Aduaneiras para remeterem ao SP o mapa com os limites de entrada e saída de dinheiro líquido em cada país da CPLP, com o objectivo de incluir esta informação no Site das Alfândegas da CPLP.

O Secretário-Geral solicitou às Administrações Aduaneiras que não responderam (GB e MZ) para remeterem esses dados o mais breve possível.

A Presidente deu a palavra às Delegações, tendo sido apresentadas algumas correcções.

AO: A Representante das Alfândegas de Angola, Inalda Manjenje, considerou que há uma disparidade muito grande entre os diversos países da CPLP, relativamente aos montantes permitidos de entrada e saída, tendo proposto a possibilidade de haver uma harmonização desses montantes, de modo a ser possível um equilíbrio.

O Secretário-Geral considerou que, muito embora, essa proposta fosse interessante do ponto de vista da harmonização, todavia, tal não será possível na medida em que a legislação de suporte estava diferenciada consoante as Administrações envolvidas, tendo dado como exemplo, o caso de PT que utiliza a legislação comunitária aplicável em 27 países da UE.

CV - reforçou esta ideia acrescentando que a legislação sobre a matéria é da competência de áreas não aduaneiras.

A Presidente, após ter solicitado que todas as Delegações confirmassem os dados remetidos ao SP considerou, também, ser difícil poder-se avançar com a harmonização dado que a competência, nesta matéria, não é das Alfândegas.

BR – verificou também os dados enviados ao SP, tendo sugerido que, além das informações sistematizadas no site, houvesse um link aos sites das Administrações para acesso a um conjunto maior de informações, de forma a garantir, ainda, que o viajante tenha sempre informações actualizadas.

A Presidente considerou oportunas todas as intervenções, tendo sido proposto o seguinte:

Conclusão:

- As alterações devem ser introduzidas no Mapa.
- O SP deve fazer uma análise comparativa dos limites de entrada e saída de dinheiro líquido no espaço desta Comunidade Lusófona.
- As alterações que sejam feitas na lei cambial devem o mais rapidamente possível ser comunicadas ao SP.
- Todas as Delegações concordaram com a inserção dos dados já disponibilizados no Site das Alfândegas da CPLP.
- As Delegações que ainda não enviaram os dados devem fazê-lo o mais rápido possível.

11. “Sistema Sintia - Sistema de Controle de Trânsito Aduaneiro Internacional no Mercosul” (Brasil) – (ANEXO XIV)

A Presidente deu a palavra ao Representante do Brasil.

BR - O Representante do Brasil, Luis Reche, explicou que o Sistema Sintia incorpora um modelo de controle informatizado do trânsito aduaneiro internacional no Mercosul, quando este se inicia em um país e se conclui em outro.

Antes de abordar os detalhes do Sistema Sintia apresentou um panorama sobre a estrutura, funcionamento e estágio actual de desenvolvimento do bloco regional Mercosul (o qual contempla actualmente a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela).

De volta ao Sistema Sintia, explicou que este modelo de controle de trânsito possibilitará o encaminhamento, pela Alfândega do país de origem, dos dados constantes do Manifesto Internacional de Carga, do Conhecimento Rodoviário de Transporte Terrestre e da Declaração de Trânsito Aduaneiro às demais Alfândegas de passagem e conclusão do trânsito.

Também possibilitará o recebimento, por todas as Alfândegas intervenientes, das informações relativas à conclusão do trânsito e das possíveis irregularidades, como rompimento de lacre e desvio de rota.

Ressaltou, por fim, os benefícios do sistema, o qual proporcionará maior agilidade no fluxo do trânsito, menor tempo de passagem pelas fronteiras, maior eficácia no controle aduaneiro e otimização da alocação de recursos nesse controle para todas as Administrações envolvidas.

A Presidente agradeceu a apresentação e considerou interessante termos conhecimento destes novos instrumentos aduaneiros de índole internacional.

12. Site das Alfândegas da CPLP - (ANEXO XV) : <http://alfandegas.cplp.org>

O Secretário-Geral fez a apresentação do tema, tendo referido o apoio dado pela área informática da Autoridade tributária e Aduaneira (AT), não só na implementação do Site, mas também no acompanhamento das reuniões já realizadas (presencial/virtual), desde a publicação do Site em 2007.

Apresentou informação estatística detalhada, nomeadamente do número de acessos ao Site, de páginas consultadas, da distribuição geográfica dos visitantes e de quais as páginas mais visitadas, tudo referente ao período de 1 de Janeiro de 2011 a 10 de Outubro de 2012.

Seguidamente o Secretário-Geral solicitou ao Conselho que aprovasse a realização da 3ª Reunião Virtual do GT do Site no período entre 26 a 29 de Novembro de 2012 e lembrou a necessidade de cada Administração designar 2 Pontos de Contacto para acompanharem as questões do Site.

Concluiu a sua intervenção recordando a importância de, no triénio do PICAT IV haver 1 reunião anual presencial, para além de 2 reuniões virtuais.

A Representante do SP, Deolinda Simões, entregou, entretanto, a cada uma das Delegações a nova *password* que permite aceder à Parte Privada do Site.

A Presidente solicitou às Administrações que se pronunciassem, tendo havido consenso quanto às solicitações do SG.

Conclusão:

- A 3ª Reunião do GT irá realizar-se de 26 a 29 de Novembro de 2012 (modo virtual).
- As Delegações farão chegar ao SP os novos Pontos Focais ou a indicação daqueles que devem ser substituídos.
- Quanto à data da reunião presencial ficou aprovado no Programa PICAT IV que terá lugar em 2015.

13. “Plano Estratégico de Modernização das Alfândegas de Cabo Verde” (Cabo Verde) - (ANEXO XVI)

O Representante de Cabo Verde, Marino Andrade, apresentou o Plano Estratégico de Modernização a médio prazo (2012-2014) o qual foi elaborado pela Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde com a assistência da OMA.

Referiu que a Direcção-Geral das Alfândegas desde 2009 está integrada na Direcção Nacional de Receitas do Estado juntamente com a Direcção Geral das Contribuições e Impostos, e que a partir desta reforma administrativa a

Administração Aduaneira deve fazer face aos desafios relacionados com o dinamismo do sector do turismo e à forte tendência do aumento das importações.

Este Plano permite implementar uma visão estratégica plurianual e reforçar a capacidade de modernização e de adaptação aos desafios do comércio internacional. Capacita igualmente as Alfândegas acompanhar os esforços da competitividade e atractividade de CV, mantendo um nível aceitável de desempenho na luta contra a fraude comercial e a insegurança.

As Delegações louvaram o esforço de modernização que CV tem levado a cabo, e congratularam-se com os resultados obtidos pela Administração Aduaneira de CV no seu processo de modernização.

A Presidente agradeceu a apresentação sobre as reformas instituídas e o reforço de capacitação, sendo que estes desafios exigem muito investimento e dedicação.

Lembrou que muitas das nossas Alfândegas passaram por processos de reforma que contribuíram para a sua modernização com os benefícios que naturalmente daqui advém.

14. "Guiné-Bissau no Espaço Sub-Regional" (Guiné-Bissau) - (ANEXO XVII)

O Representante da Guiné-Bissau, António Seidi, apresentou o tema da integração da GB na "União Económica e Monetária Oeste Africana" (UEMOA) e na "Comunidade Económica para o Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental" (CEDEAO).

A GB é membro da CEDEAO desde 1975, tendo assinado o tratado em 28 de Maio, em Lagos/Nigéria, sendo constituída por 15 países (Benin, Burkina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conakry, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, e Togo).

Informou que em 2012 houve uma recuperação do PIP, um aumento da dinâmica do sector da construção, do controlo do nível da inflacção, condicionada às flutuações de preços internacionais (bens alimentares e petróleo).

Quanto à balança comercial há um défict comercial de 35 mil milhões de FCFA (2010), a taxa de crescimento média das exportações foi de 9,4% contra 7,5% de crescimento médio das importações. Apresentou, igualmente, os dados do comércio externo das Importações e das Exportações, reportados a 2010.

Salientou que a Direcção Geral das Alfândegas da GB tem como visão a promoção da equidade na interpretação da política fiscal de forma a proporcionar uma maior facilidade aos operadores económicos no desembaraço aduaneiro das mercadorias, tendo como missão controlar o fluxo de entrada e saída de mercadorias do território nacional, liquidar as imposições aduaneiras devidas, ao mesmo tempo que desempenha a sua função fiscal, económica, social e de protecção da comunidade, apresentando a estrutura orgânica da DGA.

De seguida, apresentou a estrutura da CEDEAO/UEMOA, especificando as suas funções e o funcionamento das Comissões Técnicas.

Teceu ainda considerações finais alegando que a GB possui grandes potencialidades para o desenvolvimento e precisa de cooperação e de indicação no seio das estruturas comunitárias das referidas instituições, visando retirar todos os entraves

às transacções económicas e financeiras, entre os Estados membros por forma a garantir a livre circulação de pessoas, bens e capitais.

As Delegações agradeceram a apresentação tendo colocado algumas questões que foram esclarecidas.

A Presidente agradeceu igualmente a apresentação considerando-o bastante esclarecedora, considerando que a integração regional da GB contribui consideravelmente para o desenvolvimento do comércio externo e para as reformas introduzidas nas Alfândegas da GB, o que acarreta bastantes benefícios para o país.

15. Grupo de Trabalho da Convenção de Quioto Revista

A Representante do Secretariado Permanente, Deolinda Simões, referiu que este é um ponto meramente informativo relativamente ao trabalho desenvolvido neste Grupo de Trabalho (GT), do qual é membro desde a sua constituição em 2006, bem como o Secretário Geral.

Deu conhecimento das Reuniões e dos Seminários já realizados por este GT da metodologia acordada no seio do grupo, à divisão das tarefas de tradução por todas as Administrações e da harmonização da terminologia técnica e linguística.

Esclareceu que o Secretário Geral tinha apresentado na OMA, em 2009, a versão em Língua Portuguesa do Anexo Geral, do Corpo da Convenção e do Protocolo de Revisão e que, recentemente, durante a 119ª/120ª Sessões do Conselho de Cooperação Aduaneira da OMA, em Bruxelas, em Junho de 2012, foi apresentada pelo Director-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, de Portugal, com a concordância de todos os Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP, uma nova versão respeitando o Acordo Ortográfico, em substituição da anterior versão, para ser inserida no Site oficial da OMA.

A Presidente agradeceu a apresentação e salientou a importância do trabalho desenvolvido por este GT, trabalho este que é basilar para promover igualmente as adesões de todas as Administrações Aduaneiras da CPLP à Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros.

Conclusão:

Todos manifestaram a opinião de que o GT deve continuar a sua actividade, permitindo dotar as Administrações deste instrumento jurídico aduaneiro internacional, em português, tendo concordado com a metodologia utilizada o qual contribui para o desenvolvimento mais célere dos trabalhos em curso.

16. Pontos Fortes e Pontos Fracos da Execução do Programa PICAT Aduaneiro

A Presidente passou ao ponto 16. da Agenda, onde se avaliam os pontos fortes e fracos da execução do Programa PICAT, tendo dado a palavra ao SG e ao GPEARl.

O Secretário-Geral, referiu que se trata de um ponto da agenda habitualmente tratado nestas reuniões, para que, com transparência, se analisem as situações no sentido de se poder melhorar a parte logística e a organização das acções, entre as diversas Administrações Aduaneiras, o SP e o GPEARl (organismo financiador do programa).

Foram salientados como Pontos Fortes o bom entendimento com os interlocutores das diversas acções, a boa colaboração que sempre tem existido, apesar de algumas dificuldades que ocorram, destacou também o excelente relacionamento entre o Representante da CPLP na OMA, e também o bom relacionamento entre o SP e o GPEARl:



Quanto aos Pontos Fracos foi salientada a necessidade de serem enviados os Convites pela administração aduaneira anfitriã da acção, o mais cedo possível, bem como a indicação dos participantes e dos temas da agenda, a fim de se elaborar atempadamente o projecto de agenda e divulgar pelos respectivos participantes.

Foi, também, abordada a questão dos Vistos, os quais devem ser tratados por cada participante, tratando-se de uma matéria de índole estritamente pessoal.

Presidente passou a palavra ao Representante do GPEARl

O Representante do GPEARl, Carlos Figueiredo, considerou, em termos de balanço, que o resultado é muito positivo, tendo já participado noutras reuniões e por isso constatou a qualidade e profundidade das apresentações e dos temas debatidos na presente reunião.

O ponto fraco a assinalar é a redução do orçamento para as acções do PICAT, facto que é do conhecimento de todos, atendendo à crise financeira actual, mas procura-se sempre dar a melhor resposta, tomando-se estas decisões em articulação com o SG.

A Representante do Secretariado Permanente, Deolinda Simões, agradeceu o contributo de todas as Administrações Aduaneiras, da excelente articulação que tem vindo a ser feita ao longo da execução dos diversos programas do PICAT, reconhecendo que todos fazem um esforço para ultrapassar os constrangimentos que têm surgido, o que se deve às relações profissionais e pessoais que, naturalmente, se vão cimentando.

A Presidente deu a palavra às Delegações que, de uma forma geral, agradeceram o bom relacionamento entre o SP e o modo como todos se esforçam para ultrapassar as dificuldades.

Conclusão:

A Presidente agradeceu, em nome todas as Administrações Aduaneiras a colaboração do GPEARl e da Administração Portuguesa bem como ao esforço que é feito por todos os países para participarem activamente nas acções do PICAT, contribuindo, desta forma, para uma excelente cooperação e assistência técnica, que é já uma realidade constatada por todos.

17. “Moçambique na SADC” (Moçambique) - (ANEXO XVIII)

O Representante de MZ, Aly Mallá, referiu que Moçambique está integrado no processo de integração regional da SADCC (Conferência para a Coordenação do desenvolvimento da África Austral) fundada em 1 de Abril de 1980, em Lusaka, através da declaração “África Austral rumo à libertação económica”, a qual em 1992, foi transformada em SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

Esta organização tem como objectivo promover o crescimento económico e o desenvolvimento sócio-económico sustentável e equitativo que garanta a diminuição da pobreza, através da integração regional e, também, desenvolver valores políticos, sistemas e instituições comuns

Na sua apresentação salientou a importância da implementação do Protocolo Comercial da SADC em Moçambique, através de diversos mapas e gráficos demonstrativos do impacto deste protocolo, nomeadamente no âmbito da importação e da exportação e do desarmamento pautal, particularmente nalguns bens essenciais de consumo.

Referiu-se ainda aos riscos da sua implementação, tais como a ausência de informação, de um estudo profundo dos assuntos e de uma estratégia interna, que se espera sejam ultrapassados com o decorrer do tempo e como reforço das medidas da sua implementação.

Seguiu-se um breve debate em que as Delegações colocaram as suas questões.

A Presidente agradeceu a excelente apresentação formulando o desejo de Moçambique beneficiar com esta integração regional.

18. “Controlo dos Produtos Perigosos – as Boas Práticas dos Medicamentos (Portugal) - (ANEXO XIX)

A Representante de Portugal, Ana Paula Raposo, salientou o papel das Alfândegas também na vertente de protecção dos cidadãos, devendo as autoridades aduaneiras verificar as mercadorias e proceder a controlos nas fronteiras tendo como objectivos, nomeadamente, a segurança, a saúde pública, o ambiente, com a responsabilidade acrescida na aplicação de múltipla legislação técnica, veterinária, fitossanitária, etc.

Considerando os objectivos de gestão integrada das fronteiras, estes controlos devem ser coordenados pelas Alfândegas com a colaboração das várias autoridades competentes.

Portugal apresentou u a metodologia geral de articulação com as restantes entidades, sendo os dossiers geridos a nível central sendo dinamizados os trabalhos com as entidades e publicadas instruções internas para as Alfândegas aplicarem no processo de desalfandegamento.

É de salientar que no quadro de controlo das mercadorias perigosas no prazo de 3 dias se não houver resposta, então prosseguirá o processo de desalfandegamento.

Foi também referido o procedimento aplicável ao controlo das mercadorias em contrafacção.

No âmbito desta apresentação foi evidenciado o controlo dos medicamentos e produtos de saúde, quer no âmbito do procedimento aplicável a produtos perigosos, quer no quadro da defesa dos direitos de propriedade intelectual e combate à contrafacção.

Foi identificada a colaboração com a Autoridade do Medicamento Portuguesa (INFARMED) clarificada com a assinatura de 2 protocolos e que foi referida como exemplo de boas práticas.

Neste ponto esteve presente a Direcção Geral das Farmácias de São Tomé, tendo referido também o bom entendimento com a Direcção Geral das Alfândegas.

Neste ponto todas as Delegações intervieram relatando a respectiva experiência e os problemas que enfrentam. Estes problemas decorrem essencialmente de dificuldades de custos associados à armazenagem e destruição destas mercadorias.

A nível nacional, os requisitos técnicos e as autoridades competentes são chamadas a intervir, contudo com diferentes níveis de controlo de acordo com a legislação nacional específica.



A Presidente agradeceu a apresentação e o debate deste tema que tem um grande interesse na actividade aduaneira de todos os países.

19.a) Bens Pessoais Pertencentes a Pessoas Singulares que transferem a Residência

b) Mercadorias Contidas na Bagagem Pessoal dos Viajantes

O Secretário-Geral começou por recordar que durante a 7ª Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível das Alfândegas da CPLP foi decidido haver um maior envolvimento por parte das Administrações Aduaneiras no sentido de dinamizar e enriquecer o Site das Alfândegas da CPLP.

Nesse sentido foram consideradas de vital importância as informações respeitantes às exigências aduaneiras no momento de transferência de residência e também qual a regulamentação existente sobre as mercadorias contidas na bagagem pessoal dos viajantes

O Secretário-Geral apresentou os documentos de trabalho salientando a importância destas matérias e agradeceu a colaboração das Administrações Aduaneiras já que previamente a AT de Portugal elaborou um documento com um conjunto de questões solicitando as respostas para serem analisadas nesta Reunião do Conselho.

Acrescentou que já recebeu contributos de Cabo Verde, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste, aguardando os contributos das restantes Delegações.

Colocada a questão ao Conselho quanto à inclusão de informação já disponibilizada no Site e quanto à melhor forma de a apresentar ficou decidido o seguinte:

Decisão:

- A informação já disponibilizada pode ser incluída no Site das Alfândegas da CPLP, mas sob a forma de perguntas e respostas “FAQs”;
- As “FAQs” devem ser separadas para os 2 temas, dado que as situações são distintas;
- Junto das “FAQs” disponibilizadas por cada Administração deve colocar-se sempre que possível um *link* de ligação às informações mais abrangentes. Deverá ser dado conhecimento ao SP dos *links* a utilizar;
- As Delegações que ainda não apresentaram as “FAQs” devem fazê-lo ao SP no prazo de 30 dias;
- As Delegações que já apresentaram respostas mas que não o fizeram sob a forma de “FAQs” devem reformular as respostas e remetê-las no prazo de 30 dias ao SP:

20. a) Memorando Antifraude entre as Alfândegas da CPLP

O Secretário-Geral começou por fazer o enquadramento histórico desta matéria, a qual teve início na XXIV Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP, que teve lugar no Porto em 2009, por proposta da Delegação Portuguesa a qual mereceu a concordância de todas as Administrações Aduaneiras.



O SG congratula-se em informar que o Memorando já foi assinado por 7 países da CPLP, estando a aguardar-se a resposta da Administração Aduaneira do Brasil.

BR - O Representante do Brasil, Luis Reche, informou que o país tem interesse em juntar-se aos demais e assinar o Memorando, mas ainda não está apto a fazê-lo, por razões jurídicas.

De acordo com o Código Tributário nacional do seu país, o fornecimento de informações de natureza sigilosa somente pode ser efectuado a terceiros países quando amparado por Acordo Internacional regularmente internalizado, ou seja, assinado pela autoridade governamental competente, aprovado por Decreto Legislativo com trâmite pelo Congresso Nacional e promulgado por Decreto assinado pelo Presidente da República.

Nesse sentido, informou que as Convenções sobre Cooperação Aduaneira assinados pelo Brasil e pelos países da CPLP, apesar de já aprovados pelo Congresso Nacional por meio de Decreto Legislativo, ainda não têm o Decreto do Executivo que daria amparo à troca de informações e, como consequência, à Assinatura desse Memorando.

Relativamente à Minuta – Notícias sobre Contrafacção o SG referiu que não tem havido adesão a este procedimento entre os países da CPLP, tendo solicitado que as delegações se pronunciassem sobre este assunto.

AO – informou que há dificuldades em enviar estas notícias porque tem de ser feita uma articulação, nesta matéria entre o Serviço Nacional das Alfândegas e o Instituto da Propriedade Industrial.

BR – Pelo contrário referiu que a grande dificuldade em remeter as notícias tem a ver com facto de, por dia, existirem centenas de situações, e daí não se terem ainda debruçado sobre qual o critério a considerar para a sua selecção.

b). Convenções Aduaneiras celebradas no âmbito da CPLP

A Representante do Secretariado Permanente, Deolinda Simões, apresentou este tema e começou por referir que as três Convenções Aduaneiras, formadas no âmbito da CPLP, foram já ratificadas por Angola, Brasil, Cabo Verde e Portugal pelo que, para estes países, as mesmas entraram em vigor.

Quanto aos restantes países da CPLP, para poderem invocar as normas nelas contidas, terão que concluir o respectivo processo de ratificação junto seus respectivos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, devendo comunicar ao SP ratificações referidas.

Na sequência desta apresentação os representantes de Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e de Timor-Leste referiram que os seus respectivos países já iniciaram todos os procedimentos legais conducentes ao processo de ratificação mas não obtiveram, até à presente data, qualquer resultado, devidos a constrangimentos diversos e devido à morosidade do processo de ratificação nos respectivos Ministérios dos Negócios Estrangeiros (MNE).

No sentido de diligenciar, novamente, junto dos Ministérios competentes, solicitaram ao SP que lhes fossem facultadas cópias autenticadas das Convenções em causa, o que lhes foi entregue de imediato, visto que é necessário insistir perante aquelas entidades.

Conclusão:

Os Representantes dos Países referidos comprometeram-se a informar o SP sobre a situação actual destas Convenções recolhendo a necessária informação nos respectivos MNE, tendo revelado uma firme vontade de prosseguir com o processo de ratificação, o mais breve possível, para que também as suas Administrações Aduaneiras possam aplicar estas Convenções.

21. a) “Modernização das Alfândegas de S. Tomé e Príncipe” (S. Tomé e Príncipe) - (ANEXO XX)

O Representante de S. Tomé e Príncipe, Danilo Barbosa, apresentou os pressupostos da modernização das Alfândegas, tendo referido os suportes internos e externos que estiveram na sua origem.

Os objectivos da modernização administrativa passaram pela definição de um conjunto de reformas que pudessem permitir a melhoria de arrecadação de receitas, a eficiência do sector fiscal e as condições do ambiente de negócio, visando incentivar o investimento em STP.

O diagnóstico da OMA recomendou que as reformas adequassem os princípios estabelecidos pela Convenção de Quioto Revista, pelas normas SAFE e, ainda, pela adopção de um Código de Conduta, reforma legislativa, reestruturação dos serviços, a aplicação de um novo sistema informático, e redução do tempo para o desembaraço aduaneiro, bem como incentivar uma maior troca de informações entre as diversas Alfândegas.

Salientou que entre 2006 e 2010 foram publicados um conjunto de diplomas legais para melhoria dos serviços e da actividade aduaneira.

Durante a sua apresentação reforçou a importância da Assistência Técnica feita por vários doadores que participaram na reforma, tal como Angola, Portugal, a nível da CPLP, bem como dos EUA através do OTA/MCC e das Nações Unidas através do CNUCED que contribuiu para a efectivação do SYDONIA WORLD.

A Presidente deu a palavra às Delegações tendo havido lugar a uma troca de impressões sobre o tema, tendo as mesmas evidenciado a importância da referida reforma.

21. b) “O Alcance e os Efeitos da Reforma Aduaneira em S. Tomé e Príncipe” (S. Tomé e Príncipe) - (ANEXO XXI)

A Representante de S. Tomé e Príncipe, Luisenda Andrade, na sua apresentação fez uma abordagem sobre as mudanças ocorridas nas Alfândegas relativamente à capacitação de pessoal, nomeadamente através da participação nas formações do PICATFin, no Bureau Regional da OMA, favorecendo um maior empenho, dedicação e satisfação profissional.

Frisou ter havido lugar a uma redistribuição dos recursos humanos aos novos serviços, tais como a Auditoria Interna, a separação da Auditoria Pós-Desalfandegamento da Fiscalização passando a mesma a ficar com funções distintas e regulamentadas em Decreto.

Houve a necessidade de proceder a um novo enquadramento legal, nomeadamente, porque existia um desfasamento entre a legislação aduaneira e a legislação comercial.

A reforma trouxe diversos benefícios, entre os quais uma maior transparência na gestão e arrecadação de receitas, uma nova forma de cobrança e novos procedimentos de tesouraria com a instalação do Banco Comercial no próprio edifício da Direcção Geral das Alfândegas.

Foi também salientado a importância das relações estabelecidas com terceiros, nomeadamente com as Direcções Gerais do Tesouro, Orçamento, Impostos e o banco central, bem como com o público em geral, os despachantes e os importadores.

A Presidente agradeceu a apresentação e deu a palavra às Delegações tendo estas manifestado o seu agrado pela melhoria dos serviços e da modernização das Alfândegas de S. Tomé e Príncipe.

22. Ética e Integridade (Timor-Leste) - (ANEXO XXII)

O Representante de Timor-Leste, Francisco Gonçalves começou por apresentar a mensagem da Directora Nacional das Alfândegas e Receitas de Timor-Leste, Brígida da Silva, que agradeceu o Convite para participar nesta Reunião do Conselho, na cidade de S. Tomé, lamentando que, por motivos profissionais não pôde estar presente, mas fez-se representar.

O Representante de Timor-Leste, Francisco Gonçalves começou por apresentar a mensagem da Directora Nacional das Alfândegas e Receitas de Timor-Leste, Brígida da Silva, que agradeceu o Convite para participar nesta Reunião do Conselho, na cidade de S. Tomé, lamentando que, por motivos profissionais não pôde estar presente, mas fez-se representar.

Francisco Gonçalves trouxe uma mensagem especial de amizade e gratidão da sua Directora por este honroso convite, saudando todos os presentes, lamentando a impossibilidade de estar presente nesta Reunião do Conselho, mas faz questão de manifestar a sua gratidão e amizade a todos os ilustres aduaneiros e muito especialmente à Directora-Geral das Alfândegas de S. Tomé e Príncipe. Desejou que desta Reunião resultem conclusões que possam ajudar a melhorar o sistema aduaneiro e as Alfândegas de Timor-Leste, bem como todas as Alfândegas da CPLP, estando convicta de que com o nosso esforço e a ajuda de todos vamos caminhando com passos certos.

Na sua apresentação Francisco Gonçalves definiu a integridade, como um conjunto positivo de atitudes que nutrem o comportamento honesto e ético, bem como práticas de trabalho. Referiu que o Código de Conduta da Função Pública é actualmente aplicável aos funcionários aduaneiros, salienta a necessidade de ter um Código de Conduta próprio, embora já haja um esboço.

Salientou que um Código de Conduta eficaz deve descrever critérios de atitudes nos termos mais práticos e claros e ao mesmo tempo servir de guia para assuntos sobre ética para quem tem contacto com os funcionários aduaneiros. Referiu-se ainda às políticas de recursos humanos, às atitudes pessoais e à redução de risco de corrupção.

O Secretário Geral, a propósito deste tema distribuiu pelos presentes cópia do **Código de Ética para as Alfândegas da CPLP**, que foi aprovado na XX Conferência de Directores-Gerais das Alfândegas dos Países Membros da CPLP.

A Presidente agradeceu a intervenção do Representante de Timor-Leste e a entrega pelo SG do Código de Conduta Ética.

23. “Pacote de Competitividade Económica” (OMA) - (ANEXO XXIII)

O Representante das Alfândegas da CPLP na OMA, Oluimo Silva, fez uma apresentação sobre o Pacote de Competitividade Económica (PCE) da OMA informando ao Conselho sobre o histórico do referido Pacote que foi aprovado em Junho de 2012, pelo Conselho da OMA, como forma de reforçar o papel das Alfândegas no domínio da competitividade económica dos seus países, face à crise financeira global, às actuais negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) no contexto da Agenda de Desenvolvimento de DOHA e a integração regional em que os membros da OMA estão inseridos.

Numa perspectiva do papel das Alfândegas quer a nível de arrecadação das receitas, da protecção da sociedade, da luta contra a fraude e evasão fiscal, Oluimo Silva salientou que o PCE traz vantagens para qualquer Administração Aduaneira independentemente de qual o objectivo principal. Outrossim, fez uma resenha sobre como a facilitação do comércio se traduz no desenvolvimento, prosperidade, redução da pobreza num determinado país. Por outro lado, falou sobre o Plano de Acção desenvolvido pela OMA que será apresentado ao Comité Técnico Permanente para aprovação e, posteriormente, remetido à Comissão Política para aprovação final.

Por fim, concluiu a sua apresentação dizendo que a mesma visava informar o Conselho dos Directores-Gerais da CPLP, sobre o desenvolvimento em torno do PCE e comunicar que, futuramente, as diversas Administrações Aduaneiras da CPLP serão notificadas no sentido de remeterem informações a fim de se concluir o processo de desenvolvimento do PCE.

Conclusão:

A Presidente agradeceu a intervenção do Representante das Alfândegas da CPLP na OMA, realçou a oportunidade e o interesse do tema e espera o envolvimento de todas as Administrações na implementação desta iniciativa

O Secretário Geral agradeceu também a intervenção e mostrou disponibilidade para apoiar as iniciativas da OMA no sentido de colaborar com as Administrações para que os países que ainda não aderiram à Convenção do SH (4 ainda não aderiram) e os que ainda não aderiram à Convenção de Quioto Revista (6 ainda não aderiram) o possam fazer com brevidade.

24. “Programa SIDONIA e Janela Única para o Comércio Externo” (CNUCED) - (ANEXO XXIV)

Os Representantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), Yannick Goujon e Olívio Borges, agradeceram o honroso convite endereçado à CNUCED para assistir aos trabalhos desta Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP.

Reafirmaram a disponibilidade e abertura da CNUCED para analisar, discutir e firmar um Memorando de Entendimento com o Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP.

O tema apresentado incidiu sobre o Sistema Integrado de Desembaraço Aduaneiro – SIDONIA WORLD, suas funcionalidades e potencialidades, referindo-se que este sistema funciona em mais de 100 países, informou também que o Sistema de Janela Única para o comércio exterior desenvolvido e implementado em diversos países.

A Presidente agradeceu a intervenção dos Representantes e do tema que tem toda a pertinência e actualidade.

25. Diversos

a) Renovação do Mandato do Secretário-Geral

A Presidente, Ilza Vaz, referiu que neste ponto o Conselho deverá decidir sobre o mandato do Secretário Geral, Francisco Curinha, neste caso a sua renovação, o que desde logo adiantou o seu apoio considerando o excelente papel e dedicação que o Secretário Geral Francisco Curinha tem demonstrado.

Portugal apresentou a proposta de renovação de mandato do SG, Francisco Curinha, salientando o trabalho que consideramos de grande empenho e de qualidade mas, sobretudo, pela disponibilidade para todas as Administrações, tratando com equidade os respectivos assuntos.

Referiu que esta posição resulta do compromisso do Prof. Azevedo Pereira com a Cooperação Aduaneira, reconhecendo a sua importância para todos os países da CPLP. Efectivamente, apesar do contexto vigente os recursos não abundam, o Secretário Geral e o seu Secretariado Permanente têm demonstrado que, apesar de uma pequena equipa, produziu um grande trabalho em prol de todas as Administrações.

Em seguida todas as Delegações unanimemente usaram da palavra para reiterar o que foi expresso pela Delegação Portuguesa mas, sobretudo, para evidenciar as excelentes características do SG como tem exercido o cargo, o seu empenho, amizade o grande profissionalismo, aliado à escolha da sua equipa, que são desde logo garante do sucesso dos trabalhos para os próximos 3 anos.

A Presidente, concluiu que em nome do Conselho agradece o trabalho desenvolvido, declarando a renovação por mais 3 anos, o que, aliás, coincide com a vigência do próximo PICAT IV, o que foi objecto de aclamação de todos os presentes.

O Representante da CPLP na OMA, pediu a palavra para referir que se congratula com a decisão pois também é um prestígio manter este contacto institucional.

Finalmente o Secretário Geral reeleito, Francisco Curinha, agradeceu a confiança deste Conselho mas também da Administração Aduaneira Portuguesa, em particular ao Director-Geral que confiou em si e incentivou e apoia nesta importante tarefa.

Considerou que a sua reeleição é uma prova de confiança baseada no trabalho já desenvolvido, por um lado e, por outro, aquilo que se espera que venha a ser desenvolvido no futuro, nos novos desafios, e no desejo que o SG promova a visibilidade das Alfândegas da CPLP e que o SP corresponda plenamente às solicitações do Conselho de Directores-Gerais

b) Local e data da 8ª Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível (GTAN) em 2013

O Representante do Brasil, manifestou disponibilidade para acolher esta reunião em Março/Abril de 2013 salientando que não lhe é possível, ainda, informar qual o local onde a mesma irá decorrer.

c) Local e data da XXVIII Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP em 2013

O Representante de TL confirmou que aceita a próxima reunião do Conselho se realize em Díli, Timor-Leste, em Outubro de 2013

Solicitou que para a realização desta reunião o Secretariado Permanente desse o seu contributo, disponibilizando um elemento para assessorar o evento, à semelhança do que aconteceu nas duas últimas Reuniões do Conselho.

A Presidente agradeceu a Timor-Leste por acolher a XXVIII Reunião e aproveitou para apelar uma maior participação dos efectivos Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP na Reunião do Conselho.

26. Elaboração do Relatório Final

O Presente Relatório foi elaborado pelo Secretariado Permanente das Alfândegas da CPLP com o apoio da equipa da Direcção-Geral das Alfândegas de S. Tomé e Príncipe.



27. Análise e Aprovação do Relatório Final

O Presente Relatório foi analisado e discutido na presente reunião por todas as Delegações. Não tendo sido apresentadas mais propostas de alteração, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O Presente Relatório foi aprovado por unanimidade e assinado por todos os participantes.

28. Sessão de Encerramento

Procedeu-se à leitura da **Declaração de S. Tomé pelo Secretário-Geral tendo a mesma sido aprovada por unanimidade - (ANEXO XXV).**

O Representante das Alfândegas de Cabo Verde, Marino Andrade, em nome de todas as Delegações presentes, agradeceu o bom acolhimento por parte da Administração Aduaneira de S. Tomé e Príncipe, realçando a mais valia e o confronto de procedimentos resultantes da análise de diversas matérias aduaneiras e congratulou-se pelo êxito da reunião, conforme pode ser mais detalhadamente visto no discurso de encerramento **(ANEXO XXVI).**

O Secretário-Geral, Francisco Curinha agradeceu o elevado empenho de todas as Delegações nos trabalhos da presente Reunião e agradeceu, também à Directora das Alfândegas de S. Tomé Príncipe, Ilza Vaz e a todas a sua equipa a agradável hospitalidade e congratulou-se por todos os objectivos terem sido atingidos, terminou agradecendo a todos os Representantes das Administrações Aduaneiras que tornaram possível a concretização desta XXVII Reunião do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP - **(ANEXO XXVII).**

A Presidente, Ilza Vaz, considerou que os objectivos foram atingidos com êxito e agradeceu em nome da Direcção Geral das Alfândegas de S. Tomé e Príncipe a honra em ter acolhido esta reunião, desejando um bom regresso a todos os participantes - **(ANEXO XXVIII).**

O Secretário Geral do Ministério do Plano e Desenvolvimento do Governo de S. Tomé e Príncipe tomou a palavra para desejar sucesso para a realização do Programa PICAT IV, agora aprovado, salientando que o governo santomense reafirma o seu interesse nesta e noutras iniciativas deste Conselho que visem reforçar a cooperação e a capacidade técnica e administrativa das Alfândegas.

Terminou agradecendo a organização deste evento e desejou aos dignos Representantes das Alfândegas da CPLP, ao Representante das Alfândegas da CPLP e da CNUCED e aos demais participantes um bom regresso - **(ANEXO XXIX).**

Por fim, Encerrou a Reunião, congratulando-se com os bons resultados obtidos.

